



O poder das mulheres e a construção da memória na Antiguidade Tardia.

O caso de Teodora e Clotilde

Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes Mamedes¹

Marcus Cruz²

Submetido em Novembro/2014

Aceito em Novembro/2014

RESUMO:

O poder das mulheres nas cortes durante a Antiguidade Tardia, mais especificamente no Reino dos francos no período do reinado de Clóvis e no Império Romano no decurso do governo de Justiniano é o tema deste texto. O poder exercido pelas mulheres, Clotilde e Teodora respectivamente, derivam tanto da condição de esposas dos monarcas, quanto da influência que exerciam sobre eles. Em nossa análise utilizaremos os *Decem libris historiarum* de Gregório de Tours e a *História Secreta* de Procópio de Cesaréia fundamentais para entender os mecanismos de construção da memória acerca destas duas figuras femininas.

Palavras-Chaves:

Antiguidade Tardia – Poder – Mulheres – Teodora – Clotilde

ABSTRACT:

The power of women in the courts during Late Antiquity, specifically in the Kingdom of the Franks during the reign of Clovis and the Roman Empire during the rule of Justinian is the theme of this text. The power exercised by women, Clotilde and Teodora respectively, both derived from the condition of wives of monarchs, but the influence they exercised over them. In our analysis we will use *libris Decem Historiarum* of Gregory of Tours and the *Secret History* of Procopius fundamental for understanding the mechanisms of memory building on these two female figures.

Key Words:

Late Antiquity – Power – Women – Teodora - Clotilde

¹ Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes Mamedes - graduanda em História da Universidade Federal de Mato Grosso (campus Cuiabá) sob orientação do Professor Marcus Cruz.

² - Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso, Membro do VIVARIUM - Laboratório de Estudos da Antigüidade e Medievo e do Núcleo de Pesquisa em História - NPH/UFMT - www.vivariumhist.com



“Elohîms diz: ‘Nós faremos Adâm – o Terroso – à nossa réplica, segundo nossa semelhança. Eles as sujeitarão o peixe do mar, o volátil dos céus, o animal, toda a terra, todo réptil que rasteja sobre a terra’. Elohîms cria o terroso à sua réplica, a replica de Elohîms, ele o cria, macho e fêmea ele os cria.” (GENESIS, 1,26-27)

Nesta conhecida narrativa do Gênesis podemos perceber que o homem é o ápice da criação que jorra da palavra de Elohîms. O homem é o senhor do universo tendo o poder de se apropriar licitamente de tudo, ou melhor, de quase tudo que fora criado. Por outro lado, este Adâm original, ser perfeito, réplica de Deus, é a um só tempo macho e fêmea, é, portanto um andrógino.

O tema da existência de uma androgenia humana primordial é encontrado também em Platão, mas especificamente no seu diálogo *O Banquete*, que destaca pelo discurso de Aristófanes o sofrimento dos amantes impelidos pela violência do desejo a reconstruir essa unidade primeva.

“Em primeiro lugar, três eram os gêneros da humanidade, não dois como agora, o masculino e o feminino, mas também havia a mais um terceiro, comum a estes dois, do qual resta agora um nome, desaparecida a coisa; andrógino era então um gênero distinto, tanto na forma como no nome comum aos dois, ao masculino e ao feminino, enquanto agora nada mais é que um nome posto em desonra... Por conseguinte, desde que a nossa natureza se mutilou em duas, ansiava cada um por sua própria metade e a ela se unia, e envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia em geral, por nada quererem fazer longe um do outro. E sempre que morria uma das metades e a outra ficava, a que ficava procurava outra e com ela se enlaçava, quer se encontrasse com a metade do todo que era mulher - o que agora chamamos mulher — quer com a de um homem; e assim iam-se destruindo.” (PLATÃO, Banquete, I)

Estes breves e sucintos comentários sobre a questão da androgenia têm por objetivo servir de pródomo da temática que pretendemos discutir ao longo deste texto, qual seja: o poder das mulheres nas cortes durante a Antiguidade Tardia no final do V século até meados do século VI, mais especificamente no Reino dos francos no período do reinado de Clóvis e no Império Romano no decurso do governo de Justiniano. Nossa hipótese é que o poder exercido pelas mulheres, nos casos em tela, Clotilde e Teodora respectivamente derivam fundamentalmente não apenas de sua condição de esposas dos monarcas, mas da influência que exerciam sobre eles. O casamento, simbolicamente, consagrava a reunião



dos elementos masculinos e femininos fazendo ressurgir o andrógino primordial e permitindo, assim, uma possibilidade de exercício do poder pelas mulheres.

Esta influência das esposas sobre os monarcas, esse poder das mulheres nas cortes foram objeto de observações e considerações de diferentes autores cujas obras chegaram até os dias de hoje. Em nossa análise privilegiaremos um gênero específico de produção literária da Antiguidade Tardia, as obras de história que nos informam fartamente sobre as lutas e intrigas pelo poder nas cortes palacianas. Tanto os *Decem libris historiarum* de Gregório de Tours, quanto a *História Secreta* de Procópio de Cesaréia são obras fundamentais para a compreensão e análise do ambiente palaciano respectivamente da corte merovingia e do áulico bizantino, não somente pela riqueza das narrativas, mas também pela posição de observação privilegiadas dos autores.

Nesta oportunidade nosso objetivo é entender os mecanismos de construção da memória acerca destas duas figuras femininas, a saber a rainha Clotilde e a imperatriz Teodora, respectivamente esposas de Clóvis, rei dos francos e de Justiniano, imperador de Roma. Para podermos analisar adequadamente a nossa documentação e, por conseguinte a temática que nos propomos precisamos inseri-las em seu contexto histórico e historiográfico.

Entre o antigo e o novo: apontamentos sobre a Antiguidade Tardia

A Antiguidade Tardia (FRIGHETTO, 2010, 101-121) é um período do devir histórico profundamente marcado por uma forte tensão e equilíbrio entre antigo e o novo, a continuidade e a ruptura, a permanência e a transformação. Dois fenômenos demonstram cabalmente esta afirmação: o primeiro a progressiva cristianização da sociedade tardo antiga. Neste processo a Igreja e o clero cristão tiveram que não somente enfrentar uma vigorosa resistência da multifacetada tradição pagã, mas principalmente foram obrigados a incorporar diversos elementos das práticas religiosas existentes para conseguir efetivamente se enraizar nas mentes e corações dos homens daquela época. (CRUZ, 2010:295-315)



O segundo é o assentamento no território ocidental do Império de uma miríade de povos bárbaros³. Os recém-chegados colaboram de forma decisiva para a desagregação do poder imperial nas províncias tardo romanas do Ocidente, mas não devemos esquecer que de um lado os reinos que emergem são herdeiros da tradição estatal baixo imperial e por outro o Império Romano continua a existir nas regiões orientais do Mediterraneo firmemente controladas, diretamente de Constantinopla, pelo imperador. (GARCIA MORENO, 2001)

O processo de assentamento dos povos bárbaros nos territórios ocidentais do Império e a continuidade do poder imperial no Oriente são de fundamental importância para análise que estamos propondo neste artigo, por conseguinte devemos nos deter com mais vagar sobre a questão.

O amplo movimento migratório que se verificou, a partir do final do IV século tendo como espaço privilegiado de manifestação as províncias ocidentais do Império Romano se constitui como um problema histórico complexo e multifacetado, não podendo ser, portanto, reduzido ao um jogo simplório de causa e efeito.

As abordagens historiográficas acerca desta problemática enfatizam duas perspectivas analíticas. Por um lado valorizam o estudo dos aspectos militares do fenômeno, enquanto um segundo viés investigativo privilegia os impactos desses eventos na sociedade tardo romana. Nas palavras de Garcia Moreno: “O primeiro constitui certamente o aspecto melhor refletido em nossas fontes e o mais chamativo para os modernos. No entanto, é o segundo que pode interessar a uma historiografia como a atual, mais atenta aos fenômenos da ‘longa duração’ do que ao puramente fatural” (GRACIA MORENO, 2001,18)

O problema das migrações bárbaras encontra-se intrinsecamente ligado ao secular debate acerca da queda do Império Romano. Numa perspectiva tradicional que remota, na

³ Preferimos a designação de bárbaros e não de germanos para denominar o conjunto de povos que a partir do final do IV século irão se assentar nas províncias ocidentais do Império Romano para uma série de razões. A primeira delas é que o conceito de germano escamoteia o fato da existência de indivíduos de diversas origens étnicas entre as populações que se acomodaram no solar imperial. Por outro lado, o conceito de bárbaro, apesar de ainda possuir uma certa carga negativa especialmente no senso comum, salienta das diferenças nos mais diversos âmbitos entre os grupos de recém-chegados e os romanos, diferenças minimizadas, mas não extirpadas, pela intensificação do contato entre essas duas sociedades desde o II século da nossa era. Finalmente o conceito de bárbaro aponta para uma partilha identitária de caráter cultural enquanto a noção de germano apela para uma repartição de cunho racial que se demonstrou ao longo dos debates historiográficos não apenas equivocada, mas até mesmo perniciosa.



historiografia moderna, a angular obra de Edward Gibbon, a ruína das estruturas estatais romanas acontece sob o forte influxo da chegada dos bárbaros. Essa abordagem pode ser sintetizada na célebre frase de André Piganiol: “Roma não morreu de morte natural, foi assinada” (PIGANIOL, 1947, 11).

Desde meados do século passado a ideia de queda do Império Romano foi progressivamente substituída pela noção de transformação do mundo romano (WHITE, 1966). Dentro desta perspectiva as migrações bárbaras assumem outra posição no devir histórico, sendo significativamente esvaziada do seu caráter violento e tendo valorizado os aspectos relacionados à integração entre os recém-chegados e as populações tardo romanas das diferentes províncias ocidentais do Império.

No entanto, o processo de desestruturação do mundo romano e das migrações bárbaras, entendemos, se apresenta como “... dramático, desconcertante, massivamente importante e comparativamente curta sequência de eventos, que resulta ainda mais dramático e desconcertante por não ser intencional.” (HALSALL, 2007, 22)

Em termos das estruturas de poder, que nos interessam mais diretamente nesta oportunidade, podemos observar durante a Antiguidade Tardia uma reconfiguração de dois conceitos de origens helenísticas *Imperium* e *Regnum* (FRIGHETTO, 2012, 19-23). Assim como o estabelecimento de novas estruturas estatais dentre as quais se destaca a crescente importância que a assume a corte imperial ou régia na condução dos assuntos políticos.

É, portanto, dentro deste quadro em que ocorre uma significativa concentração de poder nas cortes que pretendemos analisar a participação e a atuação política de certas mulheres, no caso específico Teodora e Clotilde neste ambiente cortesão.

Para tanto, utilizaremos como *corpus* documental de nossa análise duas obras de história, a *História Secreta* de Procópio de Cesaréia e *Decem libris historiarum* de Gregório de Tours. Faz-se necessário, então, conhecermos um pouco tanto do ambiente historiográfico em que essas obras foram produzidas quanto acerca delas próprias e de seus autores.



Escrever uma história na Antiguidade Tardia: Procópio de Cesaréia e Gregório de Tours.

Os historiadores tardo antigos ao escreverem suas obras se por um lado estão inseridos na dinâmica deste momento que como afirmamos anteriormente se caracteriza pela tensão entre a continuidade e a ruptura, por outro precisam enfrentar os desafios impostos, exatamente, pelo estiramento entre o antigo e o novo. Os reptos enfrentados pelos historiadores tardo antigos são colossais.

O principal deles é a assimilação e integração ao universo cultural e histórico romano, por meio da construção da memória, de diversas tradições culturais que até então se situavam numa posição dependente e subordinada, mas que, em decorrência das mudanças que marcam esse momento, assumem destaque e relevância. Este labor tem como alvo tanto os crescentemente influentes grupos cristãos, as ascendentes aristocracias regionais e finalmente os novos donos do poder, recém-chegados bárbaros.

Para fazer frente a esses desafios, os historiadores tardo antigos lançaram mão de formas narrativas e de estratégias retóricas, em outras palavras se arriscaram na aventura de construir uma escrita da história. O primeiro elemento que gostaríamos de destacar dessa escrita concerne ao caráter retórico do discurso histórico, ou seja, escrever história no mundo antigo era produzir um discurso persuasivo capaz de convencer a audiência, o público.

Na Antiguidade Tardia, os historiadores continuam a ter que demonstrar aos seus leitores o valor e a confiabilidade de suas obras. O método mais tradicional era convencer o público da importância e da grandeza das ações que iriam ser tratadas no texto. Podemos citar como exemplo a seguinte passagem de Procópio de Cesaréia, um dos autores que estamos analisando:

“Mas agora que me encaminho para outro empreendimento, de certo modo algo arduo e terrivelmente difícil de superar, as vidas de Justiniano e Teodora, resulta que me encontro temeroso e receoso quando considero que o que irei escrever pode parecer inacreditável ou inverossímil às futuras gerações, especialmente quando o tempo, em seu largo fluxo, tenha superado meu relato, temo receber a reputação de mitógrafo e incluído entre os poetas trágicos” (PROCOPIO DE CESAREIA, 1.4)

As palavras do historiador de Cesaréia visam não apenas atrair a atenção do público ao qual a obra estava dirigida, um claro recurso retórico previsto em qualquer estudo acerca



da arte da persuassão, porém chama a atenção o fato de que o autor busca com esse mecanismo narrativo também assegurar a veracidade do seu relato. Em outras palavras para cativar a sua audiência o escritor não deve se limitar a bem dizer, mas igualmente dizer a verdade. A retórica não é inimiga da verdade, pelo contrário é sua aliada. Ousamos afirmar que estamos diante de um regime retórico de verdade.

Um segundo elemento característico da escrita da história na Antiguidade Tardia e que também remonta a uma tradição histórica clássica é a preservação da memória. Em outras palavras, o discurso histórico se vincula claramente a lembranças de determinados feitos e atos considerados gloriosos e, por isso, digno de recordação, que necessitam ser salvos do esquecimento.

Gregório de Tours define claramente sua missão de construtor de memória no prólogo de sua obra:

“Antes de descrever as lutas dos reis contra as nações adversárias, dos mártires contra os pagãos, das igrejas contra os hereges, desejo confessar para que existam dúvidas que sou católico. Quero indicar claramente, para aqueles que se desesperam com a aproximação do fim do mundo, os anos que se passaram desde se começou a recolher em crônicas e histórias os fatos acontecidos. Porém inicialmente peço perdão aos leitores se nestas letras e sílabas transgredi as regras da arte da gramática que não possuo plenamente. Minha única preocupação é manter meu coração sem nenhuma alteração e hesitação sob as ordens da igreja, pois sei que aquele que peca pode obter o perdão de Deus se mantiver a pureza da sua fé”. (GREGORII EPISCOPI TURONENSIS, Prologus,5).

O bispo de Tours mostra de forma cristalina, nesta passagem acima de sua obra, que é um construtor de memória e que essa memória será construída de um lugar bem marcado, qual seja, a condição de cristão, ou melhor, de católico. Desta maneira Gregório afirma seu alinhamento com a ortodoxia eclesiástica e, por conseguinte com o poder tanto clérigo quanto secular.

Este engajamento não significa de modo algum o repúdio às estratégias discursivas marcadas pela retórica tão característica da *Paidéia* romano-helenística, da qual os membros do clero se tornaram não apenas continuadores, mas principalmente herdeiros e guardiões nestes tempos de avanço da barbárie. O pedido de perdão pela rudeza no uso da língua é uma conhecida e tradicional forma retórica de obtenção de complacência e simpatia por parte da audiência e *topos* narrativo obrigatório em todos os manuais da arte da persuassão que circulavam no mundo mediterrâneo tardo antigo.



Retórica e memória. Esses são os aspectos primordiais na escrita da História ao longo da Antiguidade Tardia e que evidenciam o pressuposto que norteia nossa análise acerca deste momento do devir histórico, ou seja, a tensão e equilíbrio entre antigo e o novo, a continuidade e a ruptura, a permanência e a transformação. Retórica e memória são elementos que tanto Procópio de Cesaréia quanto Gregório de Tours utilizam fartamente em suas obras.

Procópio de Cesaréia e sua obra

Procópio de Cesaréia é um dos mais importantes historiadores da Antiguidade Tardia, segundo Javier Lacasta, pode-se considerá-lo como o maior biógrafo do imperador Justiniano ainda que não tenha escrito nenhuma obra especificamente com esse fim, porém em seus escritos a figura do soberano romano emerge como um personagem capital. Poucos são os dados sobre a sua vida e quase todos os que se tem, foram fornecidos por ele mesmo em suas obras. Nascido em Cesaréia, na Palestina, teve uma esmerada educação fundamentada na *Paideia* especialmente na retórica em grego, perceptível em seu estilo classicista, ainda é interessante destacar sua formação jurídica, o que lhe permitiu no ano de 527 a assumir o cargo de conselheiro, a serviço do grande chefe militar de Justiniano, o General Belisário. O cargo de conselheiro era de grande responsabilidade, convertendo-se em uma das mais necessárias e importantes posições no exército romano, a medida que cabia aqueles que exerciam este posto a responsabilidade pelas negociações com os adversários, ainda mais em um momento em que a maioria dos generais careciam da formação apropriada para promover acordos com os inimigos.

Procópio permaneceu muitos anos ao lado de Belisário nas campanhas militares promovidas por Justiniano para a retomada dos territórios pertencentes ao Império e que haviam sido ocupados pelos bárbaros, a chamada “Reconquista”, e na secular luta fronteiriça contra os persas. Ao longo deste período o autor escreveu sua obra mais conhecida denominada *Guerras (Bella)*, onde são narradas algumas das campanhas militares mais importantes promovidas pelo imperador, nas quais o historiador participou pessoalmente. A obra é composta por oito livros e de acordo com a maioria dos estudiosos do autor, publicados provavelmente entre os anos de 550 e 551 (CORDOÑES, 2000, 29). Não seguem uma narrativa cronológica, mas os acontecimentos em si das diferentes



campanhas militares. Os livros I e II narram as guerras contra os persas, III e IV às campanhas contra os vândalos, V a VII a guerra contra os ostrogodos da Península Itálica, o último volume é escrito posteriormente e não se atenta mais a essa ordenação baseada nos cenários militares, e sim a um conjunto de fatos acontecidos posteriormente e considerados merecedores de serem lembrados.

O historiador de Cesaréia escreveu outra obra denominada *Sobre os Edifícios (De aedificiis)*, composta por seis volumes, que versa sobre as construções realizadas por Justiniano em todo o território romano, sendo, inclusive, considerada como uma importante fonte para as pesquisas arqueológicas, embora muitos estudiosos acreditem que a obra ficou inacabada (CORDOÑES, 2000, 74).

Procópio publicou ainda um livro chamado *História Secreta (Anecdota)*, uma obra controvertida e polêmica, que tem, segundo o autor, a função de revelar muitos acontecimentos mencionados nos livros precedentes, mas que havia sido obrigado a ocultar. A narrativa traz fatos permeados por escândalos, corrupções e traições na corte de Justiniano, com uma intensa crítica ao imperador e sua esposa Teodora. Devido a esse teor polêmico o escrito é visto por alguns estudiosos como uma obra maledicente, ou nas palavras de Franz Maier, uma “malévola crônica escandalosa” (MAIER, 1986, 176). Escrito esse que privilegiaremos nesta análise pelo autor ter se dedicado a descrever e narrar os acontecimentos e as intrigas da corte de Justiniano, nas quais a presença e o papel desempenhado pela imperatriz Teodora é central, nos permitindo assim refletir acerca da temática proposta, a saber, o poder das esposas dos soberanos nas cortes merovíngia de Clóvis e na romana de Justiniano.

Gregório de Tours e sua obra

Gregório de Tours, nascido em 538, é um exemplo típico do bispo nas Gálias do século VI. Advinha de um grupo de famílias aristocráticas com amplas e fortes ligações com a hierarquia eclesiástica e que havia ajudado a construir essa realidade social nos domínios merovíngios.

A cronologia da infância do nosso autor é confusa e incerta. Seu pai teria em torno de quarenta anos quando Gregório nasceu e, provavelmente, morreu durante os primeiros



anos de vida deste. Sua formação intelectual deve-se tanto ao bispo Avito em Clemont Ferrand quanto a um tio materno de nome Nicécio na cidade de Lyon. Em 563 é ordenado diácono.

A ordenação de Gregório como bispo de Tours aconteceu no dia 20 de agosto de 573 e não de modo algum um acontecimento inesperado. Todos seus predecessores, com exceção de apenas cinco bispos, como o nosso próprio autor testemunha, procediam de sua família, e seu antecessor imediato, Eufrônio, era primo de sua mãe.

Venâncio Fortunato revela que Gregório foi nomeado bispo pelo rei Sigeberto I (561-575), sendo consagrado em Reims pelo bispo Egídio. Sendo o relato de Venâncio Fortunato correto, e não temos motivos para duvidar acerca da essência das informações, significa que Gregório foi imposto como bispo de Tours, possivelmente contra a vontade da população e do clero local, o que explicaria as diversas tentativas de depor o nosso autor da dignidade episcopal. No entanto, Gregório manteve-se como bispo de Tours até sua morte ocorrida em 594. (JAMES, 1998: 51-66)

Além de suas atividades episcopais e políticas, Gregório foi um autor prolífico. Chegaram até nós sete obras comprovadamente do nosso autor e outras três cuja autoria é duvidosa.

A mais renomada e importante das produções bibliográficas de Gregório é a denominada *Decem libris historiarum* que ficou conhecida como *Historia Francorum*. Gregório começa a escrever sua história poucos anos depois de assumir o bispado de Tours e somente a completa no ano de sua morte, em 594. A cronologia da redação é a seguinte: Livros I a IV: 576-580; Livro V: 580; Livro VI: 584-585; Livro VII: 585-586; Livro VIII: 587; Livro IX: 587-590; Livro X: 591-594. (LATOUCHE, 1996: 5-26)

A obra narra as vicissitudes do mundo desde as origens deste até o tempo em que o autor vive. A composição da obra encontra-se visivelmente influenciada, em termos de concepção de história, pelas Crônicas de Eusébio de Cesaréia e de Jerônimo como também pelas *Histórias* de Orósio. Apesar de narrar os acontecimentos em ordem cronológica, o *Decem libris historiarum* não se constitui numa crônica, na medida em que comenta e oferece vivaces descrições dos acontecimentos que considera importantes, algo incompatível com o gênero cronístico, neste sentido a obra de Gregório se aproxima mais da perspectiva orosiana.



Uma vez apresentado os autores a partir do qual iremos realizar nossa análise é o momento de delinear, ainda que em grandes pinceladas, os principais aspectos dos contextos nos quais estão inseridos respectivamente os reinados de Justiniano e de Clóvis.

A Política regencial de Justiniano

O imperador Justiniano ascende ao trono do Império Romano em 527, mas suas incursões políticas se iniciam ainda no reinado de seu tio Justino, onde começa a participar da política imperial chegando a exercer o cargo de cônsul. O imperador é considerado um dos maiores dirigentes do chamado Império Romano do Oriente, sendo claramente perceptível desde o início e ao longo de seu governo uma concepção que considera a si mesmo um herdeiro da totalidade do Império Romano, com todas as aspirações políticas que deste emanava. Tanto o povo quanto seu imperador segundo Franz Maier “designam a si mesmos como como *rhomaioi*, romanos e não como gregos” (MAIER, 1986,179), e a permanência da ideia dessa herança imperial contribuiu para garantir a coesão de um povo etnicamente heterogêneo.

O imperador romano segue sendo o chefe supremo de toda *Orbis romana*, e os territórios que haviam pertencido ao império romano seguem sendo considerados como uma possessão eterna e irrevogável do Império, ainda que fossem governados por reis bárbaros. A ideia de uma universalidade do poder imperial atraía também a estes soberanos que assim poderiam exercer e legitimar sua soberania a partir do princípio de que esta era uma delegação por parte da autoridade imperial.

Baseado em um direito natural do imperador de restituir a herança romana, Justiniano concebe como sua missão sagrada libertar o território romano do domínio de bárbaros estrangeiros e arianos e, portanto, heréticos, para assim restabelecer ao império suas antigas fronteiras, e o espaço vital da cristandade ortodoxa. Desta forma o ideal político se comunga com o ideal religioso, e a concepção justiniana se identifica com a intenção de restaurar o *Imperium Romanum Christianum*, em seu sentido estrito.

Detentor de um grande recurso financeiro deixado desde o governo de Anastácio, Justiniano implementou um vasto conjunto de campanhas militares com o objetivo de reconquistar os territórios ocidentais romanos, buscando restaurar as antigas fronteiras imperiais. Durante os primeiros anos de governo tentou equacionar a secular querela



fronteira com o Império Persa empreendendo uma luta que se estendeu de forma perene contra os exércitos persas, o que ocupou uma grande parte de suas forças militares. Buscou reconquistar o norte da África, numa luta contra os vândalos, a península Itálica que estava sob o domínio dos ostrogodos e o sul da Espanha sob a dominação visigótica. O imperador logrou muitas vitórias, tendo a frente de suas campanhas as figuras de dois importantes generais, Belisário e Narses, mas sofreu sombrios reverses que custaram caro aos cofres do império.

Percebemos então o que poderíamos denominar de uma discrepância entre ideologia e realidade, o que pode ser justificado e entendido a partir da maneira como o imperador tratou os territórios conquistados, ou seja, como meras províncias adicionais que foram reincorporadas a um império onde a porção oriental era cada vez mais predominante e hegemônica, o que acabou depois de um certo tempo culminando com rebeliões e novas invasões nos espaços conquistados.

O reinado de Justiniano, entedemos, deve ser valorado em quatro facetas: a militar com a reconquista, a legislativa, a artística e a religiosa. Na esfera legislativa é inegável o valor do imperador na compilação das leis romanas através do *Corpus Iuris Civilis*, o trabalho de compilação e harmonização das leis e jurisprudência romana, que se iniciou nos primeiros anos de reinado, teve uma grande repercussão que ultrapassa os limites do governo de Justiniano, e seu legado é perceptível até os dias de hoje.

A perspectiva artística é complexa. O imperador é autor de inúmeros edifícios romanos, que tinham um projeto audacioso e inovador. Justiniano promoveu a construção de aquedutos, cisternas, casas de banho e uma multiplicidade de mosaicos estilizados que preenchiam o interior dos grandes palácios de Constantinopla e o interior das igrejas. O maior símbolo desta reforma arquitetônica é a reconstrução da Igreja de Santa Sofia, restauração após a destruição da antiga basílica na revolta de Nika, e se converteu no maior símbolo do empreendedorismo de Justiniano. A arte justiniana desperta a impressão de um grande poderio econômico do império. Sem dúvida independente da discussão acerca dos projetos arquitetônicos do imperador, como continuistas ou elementos de ruptura, esses projetos eram utilizados como elementos de propaganda da ideia imperial.

Finalmente a política religiosa do imperador é tida por alguns historiadores como Irvin Dale, um dos grandes legados de Justiniano (DALE, 1995, 309-312). Foi o primeiro



imperador a imiscuir-se em disputas teológicas ou proferir decisões em questões de fé sem recorrer a concílios e bispos, promoveu massivas perseguições aos hereges, foi um imperador profundamente consciente de que seu poder imperial emanava da Graça Divina. Como cita o historiador Ostrogorsky (OSTROGORSKY,1983,91), na pessoa de Justiniano a igreja cristã não somente encontrou um assíduo protetor, como um chefe; pois sendo cristão e sendo romano, era completamente fora de questão a ideia de uma autonomia da esfera religiosa.

Teodora: poder feminino na Corte imperial de Justiniano

A estrutura de Estado do Império Romano do Oriente, embora em princípio seguisse uma nova fase da história romana, era marcada pela continuação do antigo *Imperium Romanorum*, eles se consideravam sempre romanos, sucessores e herdeiros dos antigos Césares. O imperador segue como chefe do exército, o juiz supremo e único legislador, qual seja, a administração civil e militar, a administração central e provincial são cuidadosamente delimitada entre si, mas convergem na pessoa do imperador que dirige todo aparato estatal centralizado.

Justiniano pode ser considerado um autocrata, e um dos grandes imperadores romanos. Uma prova irrefutável de sua grandeza pessoal é o alcance universal de seus objetivos políticos e a extraordinária variedade de sua atuação. Por outro lado, os êxitos de Justiniano seriam impensáveis sem o apoio de seus colaboradores com um imenso potencial, como Belisário e Narses, generais que demonstraram seu brilhantismo em inúmeras batalhas, o prefeito pretório João da Capadócia que levou a cabo as reformas políticas internas, um político tão efetivo quanto odiado, e o jurista Triboniano, que impulsionou a reforma e compilação jurídica. Dentre desse cenário político há que se destacar que o mais influente conselheiro e ajudante do imperador, foi sem dúvida sua esposa, a imperatriz Teodora.

A figura da imperatriz é controvertida devida a sua origem. Sem nenhuma precedência nobiliárquica, é oriunda de uma família de aurigas, ligada as corridas, viveu toda sua juventude em atividades ligadas ao teatro, e conseqüentemente a prostituição, mas conheceu Justiniano no período em que já tinha abandonado as antigas atividades. O casamento foi alvo de forte oposição, principalmente por parte da esposa de seu tio Justino,



Eufêmia. As bodas foram celebradas graças à criação de uma nova lei que permitiu a união. Dentro desta perspectiva é importante assinalar que o casal imperial foge a forte tradição tardo antiga dos matrimônios que celebram alianças políticas.

Dois anos após o seu casamento Teodora ascende ao trono ao lado de Justiniano, e a partir desse momento é inegável o papel fundamental que desempenhou ao lado de seu marido. A imperatriz exerceu uma notável influência no governo, como nos diz Maier “no solo poseía ambición y talento políticos, sino también una gran agudeza”. Ademais nos momentos decisivos, possuía a firmeza que faltava ao imperador, como na famosa revolta de Nika, uma rebelião interna que ameaçou o poder imperial de Justiniano, que levou o imperador a uma tentativa de fuga e abandono do trono, sendo demovido pela tenacidade de Teodora, que fala a célebre frase: “A púrpura é uma mortalha gloriosa”. A ela é também atribuída algumas das *novellae*, promulgadas por Justiniano, principalmente no que concerne aos direitos que beneficiavam às mulheres.

Procópio de Cesaréia, em sua obra *História Secreta*, ao descrever as figuras imperiais salienta e ressalta a falta de caráter de ambos, porém as críticas são discorridas de maneira mais intensa para Teodora. As atribuições conferidas à soberana são ainda mais graves, em um capítulo intitulado “Teodora, a prostituta”, Procópio narra com riqueza de detalhes toda a devassidão sexual da imperatriz, e a total vergonha que o casamento com Justiniano causou ao império romano. “ao ser impossível que um homem que alcançou a categoria senatorial chegue a unir-se a uma prostituta, posto que as mais antigas leis proibiram desde sempre” (PROCÓPIO, IX:51).

O historiador se surpreende com os caprichos da Fortuna que permitiu o casamento de Justiniano com uma antiga prostituta e se admirava da pouca oposição que provocou as bodas.

Procópio descreve a imperatriz como uma mulher fútil, insidiosa e vingativa, segundo o autor:

“Seus ânimos se dispunham antes de tudo a procurar a destruição dos homens e era impossível aplaca-la. Quanto ao seu corpo, o cuidava mais do que era necessário, porém menos do que ela desejava [...]. Ela que durante grande parte do dia se entregava a tantos e tão desordenados hábitos como esses, se acreditava com direito de administrar todo o império romano. [...]. E se o imperador encarregava a alguém uma missão sem o conhecimento dela, a situação desse homem experimentava um revés da fortuna, que não muito depois perdia seu cargo e sofria uma morte infamante”. (PROCÓPIO, XV: 5-10).



Teodora participou ativamente na criação de leis que beneficiavam as mulheres romanas, como a igualdade de ambos os sexos em seus direitos e aos olhos de Deus, a promulgação de diversas leis que protegia o direito das mulheres em caso de divórcio, adultério e na hora de suprimir o dote como requisito necessário para o casamento, a proibição de morte por adultério, e proibição de abandono de filhos indesejados. Em alguns casos o próprio imperador demonstra indignação contra os costumes “bárbaros” dos armênios que relegam socialmente a mulher. A proteção e promoção dos direitos das mulheres na legislação justiniana foi um dos alvos de críticas de Procópio, como na narrativa que se segue:

[...] era um feito que quase todas as mulheres tinham uns costumes depravados, pois pecavam contra seus maridos com completa liberdade, sem esta ação lhes acarretassem perigo ou algum dano, pois que quantas eram culpadas de adultério ficavam impunes. Acudiam em seguida a imperatriz e dando a volta na situação, levava a juízo seus maridos invocando um processo com acusações por feitos inexistentes. (PROCÓPIO, XVII: 24).

Procópio é um homem de seu tempo, defensor da cultura e conhecimentos da *Paidéia*, originário da elite romana, portanto, percebe o mundo ao seu redor como tal. Seja qual for a origem o compartilhamento da *Paidéia* é um elemento unificador da concepção de mundo na qual um dos aspectos centrais da organização da sociedade romana é a convicção de que existe uma larga distância social, entre os notáveis “bem-nascidos” e os que são inferiores. Nosso autor em vários momentos da obra ressalta o seu descontentamento com aqueles que não pertencem ao mundo dos cultos e aristocratas, principalmente a figura de Teodora que através do casamento com um homem notável ascende social e politicamente. “As classes superiores procuram diferenciar-se das inferiores através de um estilo de cultura e vida moral cuja mensagem mais vibrante é que não pode ser partilhado pelos outros” (BROWN, 1985: 216).

Outra perspectiva a ser analisada na narrativa que Procópio usa para descrever a imperatriz está no fato de uma mulher exercer tamanha influência política. É certo que o historiador busca denegrir a imagem de Teodora para causar uma desmoralização política direta ao imperador, mas é perceptível o seu desagrado em perceber que o governo perpassa pelas mãos da imperatriz. A mulher muito rara e esporadicamente ocupou em toda história romana alguma posição de prestígio, sempre foram figuras coadjuvantes, ou mesmo



esquecidas no transcorrer da epopéia romana. Essa mesma tradição podemos encontrar nos reinos romano-bárbaros.

A Corte régia de Clóvis

As estruturas de poder nas monarquias romano-bárbaras resultam de uma síntese desigual entre elementos procedentes das antigas tradições e práticas germânicas e dos elementos advindos da herança tardo antiga. O resultado deste processo de integração foi que nestas monarquias os soberanos eram antes de mais nada, governantes de um conjunto de grupamentos de homens, no que poderíamos denominar, segundo Garcia Moreno, de “povo-estado” (GARCIA MORENO,2001,86). Isto fica patente ao percorremos tantos os documentos oficiais quanto as crônicas da época atentando para a titulação recebida por esses reis: *rex vandalarum et alanorum*, *rex francorum*, *rex goturum*, *rex longobardorum* para citar apenas aqueles que por uma razão ou outra a historiografia considera os mais importantes.

Uma fusão semelhante de princípios bárbaros e tardo romanos é encontrada no que se refere administração dos reinos ocidentais entre o V e VIII século. Dentre as diversas instituições que compõe as estruturas organizacionais destes estados um nos interessa particularmente, a saber, a corte régia.

Na documentação do momento a corte recebe a denominação, na maior parte das vezes, de *palatium*, o que revela uma evidente permanência de uma tradição terminológica advinda do Baixo Império Romano.

No caso do *palatium* merovíngio os reis francos encontravam rodeados de oficiais palatinos de caráter doméstico como o condestável, o *buticularius* e principalmente o mordomo que progressivamente, especialmente ao longo do VII século, assume a condição de principal oficial da Corte.

Por outro lado, junto aos cargos de cunho doméstico sobrevivem no *palatium* merovíngio elementos da organização estatal tardo romana como os conselheiros oriundos da antiga aristocracia senatorial, como a chancelaria dirigida por um referendário e mesmo um cubiculário com funções de caráter fiscal relativa às rendas obtidas com os números impostos indiretos.



Em suma, o *palatium* na monarquia franca merovíngia assume a função da administração central do estado reunindo os principais dignatários do reino e principalmente o local por excelência das articulações e estratégias políticas e do desenvolvimento dos jogos de poder. É neste ambiente palatino e se inserindo nesta teia de artimanhas e estratégias que algumas mulheres, especialmente as esposas dos monarcas, exercem ou procuram exercer um certo poder, por certo limitado por um espaço eminentemente masculino e mesmo misógino, mas apesar disso não retira a relevância desta atuação política feminina.

O poder feminino na Corte: o caso de Clotilde

Clotilde, a esposa do célebre rei Clóvis, tem a sua atuação política, segundo o relato de Gregório de Tours, centrada em dois momentos decisivos na consolidação do poder deste monarca merovíngio. O primeiro em que poderíamos dizer que a futura rainha participa de forma passiva no concerne as questões que envolvem o seu casamento com o soberano dos francos. No segundo, a participação de Clotilde é decisiva, estamos nos referindo aos eventos relativos ao batismo de Clóvis.

O casamento de Clóvis e Clotilde se insere numa longa tradição política na qual as núpcias, especialmente a dos soberanos, estão subordinadas a certos interesses e estratégias de poder. O soberano franco alicerçou seu prestígio e poderio tanto em suas vitórias militares quando na habilidade na construção de alianças com outras monarquias romano-bárbara por meio de conúbios como de sua irmã Audefleda com Teodorico Amalo e do próprio Clóvis com a princesa burgúndia Clotilde.

Gregório de Tours descreve desta forma as negociações em torno deste enlace matrimonial régio:

“Clovis enviava frequentemente embaixadas a Borgonha, a jovem Clotilde foi percebida por seus embaixadores. Eles a encontravam sempre elegante e sábia e como ele pertencia a família real, eles avisaram ao rei Clóvis. Sem tardar ele enviou uma embaixada a Gundebaldo para pedir a princesa em casamento. Este não ousa refutar a demanda dos embaixadores e manda a jovem se apresentar imediatamente ao rei. Quando Clóvis a vê, é tomado de uma grande alegria e decide se casar mesmo já tendo um filho, com uma concubina, de nome Thierry.”(GREGORII EPISCOPI TURONENSIS,II,28)



A narrativa de Gregório de Tours acerca do casamento de Clóvis e Clotilde informa de forma pouco contundente as relações diplomáticas entre os reinos dos francos e dos burgúndios enfatizando mais as qualidades pessoais de Clotilde como o principal fator para a realização do matrimônio. O que pode ser interpretado como uma estratégia retórica que valoriza a figura da rainha que posteriormente desempenhará um papel primordial nos episódios que envolvem a conversão e batismo do marido.

Clotilde após o nascimento do primeiro filho do casal consegue que este seja batizado apesar do paganismo do rei. Gregório faz, através da rainha, um longo discurso, do qual selecionamos um trecho, em que ataca os ídolos pagãos:

“Os deuses a quem prestais culto não são nada. Eles não podem oferecer nenhum conforto nem para eles próprios nem para ninguém. Eles são esculpido em qualquer pedra, madeira ou metal. Os nomes que são dados a eles são nomes de homens e não nomes de deus. Tal como Saturno que se não ser derrubado de seu reino por seus filhos, foi derrubado por suas faltas conforme conta-se. Tal como Jupiter imundo autor de violências de todo o tipo que desonra os homens, desrespeita seus parentes não se abstendo de fornicar com sua própria irmã que se auto qualifica como irmã e esposa de Jupiter.” (GREGORII EPISCOPI TURONENSIS II, 29)

As investidas de Gregório contra os deuses pagãos reproduzem uma tradição cristã que remontam aos apologistas, apesar de muito possivelmente os deuses de Clóvis e dos francos não serem os mesmos do panteão clássico. O que interessa aqui é destacar como a narrativa coloca Clotilde admoestando o rei, e mais importante conseguindo impor sua vontade, e isto somente será possível tanto pela sua condição de esposa, mas principalmente pela sua condição de cristã. É o fato de ser cristã que permite à soberana enfrentar o rei e persuadi-lo. A religião cristã faz desta mulher superior ao um homem pagão. O poder de Clotilde advém, portanto, mais de sua confissão religiosa do que do seu gênero.

Essa dupla posição faz da rainha, pelo menos na perspectiva do bispo de Tours, uma personagem primordial para a conversão do monarca merovíngio. No relato da conversão Clotilde mais uma vez desempenha um papel primordial:

“A rainha fez vir em segredo são Remígio, bispo de Reims, para pudesse pregar ao rei a palavra da salvação. O bispo que foi feito vir em segredo começa a pregar que ele deveria crer no verdadeiro Deus, criador do céu e da terra e que abandonasse os ídolos que não podiam ser úteis nem a ele nem aos outros. O rei retrucou: ‘Eu já escutei três santos padres e de qualquer maneira resta o fato de que o povo que segue as minhas ordens não querem abandonar seus deuses, mas irei me entreter com a sua



palavra'. Então ele foi para o meio de seu povo e antes mesmo que Remígio começasse a falar o poder de Deus o ultrapassou e todo o povo gritou: 'Nos rejeitamos os deuses mortais, piedoso rei, e este Deus imortal que Remígio prega que nos seguiremos...toda o templo do batistério esta impregnado de um odor divino e Deus concedeu uma tal graça que eles acreditaram ter sido transportados para o meio dos perfumes do paraíso. O primeiro que pediu para ser batizado, pelo pontífice, foi o rei. Ele avançou, um novo Constantino, para a piscina para se curar de uma antiga doença, de uma velha lepra...Mais de três mil homens de seu exército foram igualmente batizados"(II, 31)

É interessante notar na narrativa de Gregório dois elementos acerca de Clotilde primeiro que se a rainha é o agente que inicia o processo ao fazer vir secretamente o bispo de Reims para pregar e converter o rei, em seguida ela desaparece do relato. Uma vez cumprido o seu papel no drama Clotilde sai de cena. Ela agora não é mais necessária. Com a conversão de Clóvis a política volta a ser um assunto masculino. A rainha volta a ser mencionada mais uma única vez no *Decem libris historiarum* para esclarecer o destino da agora viúva Clotilde: "Quanto a rainha Clotilde, ela veio, depois da morte de seu marido, para Tours. Ela entrou para o serviço da basílica do bem-aventurado Martinho, ela permaneceu neste lugar o resto do seus dias, visitando raramente Paris."(II,43).

Mais uma vez Gregório retrata Clotilde dentro de um modelo de conduta ideal da mulher cristã, uma vez morto seu marido e na condição de viúva, só resta a rainha se dedicar ao ofício divino.

O retrato de Clotilde que emerge do relato do bispo de Tours é de uma mulher que congrega em si todos os predicados que um clérigo como Gregório considerava necessários numa mulher, mas especificamente numa mulher cristã. Virtuosa, piedosa, boa mãe e esposa. Na narrativa gregoriana o modelo de conduta que é seguido por Clotilde é o de Maria.

Evidentemente que não podemos nos deixar persuadir e nem mesmo nos iludir pela bem construída narrativa de Gregório, que com seus artifícios retóricos quer impor uma determinada imagem de Clotilde, rainha dos francos. É necessário tensionar e até desconstruir, na medida do possível diante de nosso *corpus* documental, a personificação da esposa de Clóvis.



Considerações finais

Teodora e Clotilde, duas mulheres que nos seus respectivos ambitos de atuação, exerceram fortes influências em seus maridos e nas cortes palacianas em que viveram. Sendo apresentadas em duas obras seminais para entender e analisar aquelas realidades sociais os *Decem libris historiarum* de Gregório de Tours e a *História Secreta* de Procópio de Cesaréia. Dois autores e duas perspectivas senão opostas, pelo menos bastante divergentes, acerca do papel e da influência das esposas sobre os soberanos.

Para o historiador da cidade de Cesaréia o poder e o influxo da imperatriz em relação a Justiniano é um elemento pernicioso que ainda que não desvirtue o caráter e as convicções do monarca com certeza acentuam tendências e atitudes já presentes na maneira como ele exerce a sua autoridade. A origem social, o distanciamento do ideal cultural da *Paidéia*, a condição de mulher, a inadequação da conduta dentro dos modelos e padrões das mulheres aristocratas romanas, tudo faz com que para Procópio, Teodora se apresentasse como a perfeita antítese da figura e da atuação de uma esposa do imperador. Na *História Secreta* a imagem de Teodora não era uma imperatriz, mas sim uma meretriz, reunindo todos os vícios reais e imaginários que um homem tardo antigo poderia observar em uma mulher. Neste sentido, a descrição da imperatriz é uma espécie de alerta e uma advertência às gerações futuras dos perigos e problemas que uma mulher com os atributos de Teodora poderia causar ao alcançar a condição de esposa de um imperador.

Já a Clotilde de Gregório é a virtude feminina encarnada. Aceita um casamento que lhe foi imposto em decorrência de estratégias e necessidades políticas e diplomáticas, mas exige, como boa cristã, que sua fé seja respeitada pelo noivo ainda pagão. Cumpre rapidamente seu principal dever como esposa de um rei, qual seja, concebe um herdeiro para o trono, e mais uma vez sua convicção religiosa fala mais alto e consegue impor sua vontade ao monarca e batizado o recém-nascido. Porém é no episódio da conversão do marido e soberano que a atuação de Clotilde é mais destacada, é neste momento, que na narrativa gregoriana, a rainha exerce de forma mais persuasiva e efetiva a sua influência sobre Clóvis. Nos *Decem libris historiarum* a imagem de Clotilde é o protípo da esposa e da rainha cristã, servindo de modelo de conduta para as demais soberanas merovíngias.

Apesar dessa importante divergência na construção das imagens de Teodora e Clotilde as narrativas, tanto de Procópio quanto a de Gregório de Tours, concordam em



demonstrar o exercício do poder e da autoridade por parte das mulheres que são capazes de influenciar seus maridos e soberanos. Em uma realidade social em que os espaços de atuação das mulheres eram bastante reduzidos e em documentos produzidos por homens, sendo um deles clérigo, e que possuíam uma visão bastante negativa da condição feminina esse reconhecimento do prestígio e da importância das soberanas demonstram a importância e relevância da atuação destas nos seus respectivos âmbito palaciano e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOURAQUI, André. *A Bíblia. No princípio (Gênesis)*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- DALE, Irvin. *História do movimento cristão mundial*. São Paulo: Paulus, 1995.
- PROCOPIO DE CESAREA. *Historia Secreta*. Madrid: Editorial Graedos, 2000.
- GRÉGOIRE DE TOURS. *Histoire des Francs*. Paris: Belles Lettres, 1996.
- PLATÃO. *Banquete*. Pará de Minas: Virtual Book, 2003.
- BROWN, Peter. *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- CRUZ, M. Religiosidade tardo antiga e cristianização do Império Romano. *Fronteiras. Revista de História*, v.12, n.21, 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/issue/view/51/showToc>>. Acesso: 15 set. 2014.
- FRIGHETTO, Renan. *A “longa Antiguidade Tardia”: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico* IN COELHO, Maria Filomena (org). *Por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil. Atas da VII Semana de Estudos Medievais*. Brasília: Programa de Estudos Medievais, 2010. p.101-121.
- FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia. Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações. Séculos II-VIII*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.
- GARCIA MORENO, Luis. *La construcción de Europa. Siglos V-VIII*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.
- HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West*. 375-568. Cambridge; Cambridge University Press, 2007.



JAMES, Edward. *Gregory or Tours and the Franks*. In MURRAY, Alexander Callender. *After Rome's Fall*. Toronto: Toronto University Press, 1998. p.51-66.

LATOUCHE, Robert. **Introduction**. In GRÉGOIRE DE TOURS. **Histoire des Francs**. Paris: Les Belles Lettres, 1996

LACASTA, Javier Faci. *Introduccion al mundo bizantino*. Madrid: Síntesis, 1996.

MAIER, Franz Georg. *Las transformaciones del mundo Mediterráneo: siglos III –VIII*. Madrid:Editorial Siglo Veintiuno. 1986.

OSTROGORSKY, Georg. *Historia del estado bizantino*. Madrid: Editorial Akal, 1983.

PIGANIOL, André. *L'Empire Chretiene.(325-395)*. Paris: PUF, 1947.

WHITE, Lynn (org). *The Transformation of Roman World. Gibbon's problem after two century*. Berkeley: California University Press, 1966.